

PC investiga esquema de corrupção suspeito de movimentar R\$ 10,3 milhões em prefeituras e câmaras de vereadores

Category: BRASIL,GERAL

escrito por Chellsen Carneiro | 17 de outubro de 2026



A Polícia Civil deflagrou, na manhã de quarta-feira (14 de outubro de 2026), a Operação ÔM3GA, que investiga um suposto esquema de corrupção envolvendo contratos públicos no Tocantins. Segundo as investigações, o grupo teria movimentado mais de R\$ 10,3 milhões em recursos públicos entre 2021 e 2025, dos quais mais de R\$ 4 milhões teriam sido destinados ao pagamento de propina.

Entre os investigados estão quatro prefeitos em exercício e um ex-prefeito, além de vereadores que presidem câmaras municipais, advogados que atuam ou atuaram como procuradores municipais, contadores, empresários, secretários, servidores públicos e pessoas suspeitas de envolvimento em lavagem de dinheiro.

Mais de 100 policiais civis participam da operação, que cumpre 70 mandados de busca e apreensão relacionados a 41 alvos em 11 municípios: Araguaína, Palmas, Ananás, Arapoema, Darcinópolis, Pau D'Arco, Pedro Afonso, Nova Olinda, Palmeirante, Colinas do

Tocantins e Figueirópolis.

As equipes realizam buscas em sedes de cinco prefeituras e cinco câmaras municipais, além de escritórios de advocacia, empresas e residências dos investigados.

A Secretaria de Segurança Pública do Tocantins (SSP-T0) não divulgou os nomes dos gestores e municípios diretamente relacionados às suspeitas. Até a divulgação das informações, também não havia detalhes públicos sobre o posicionamento das defesas dos investigados.

Como funcionaria o esquema investigado

As investigações começaram em 2024, após a identificação de possíveis irregularidades em contratações públicas nos municípios de Nova Olinda e Darcinópolis. No decorrer das apurações, a Polícia Civil identificou indícios de que o esquema teria se estendido a outras cidades do estado.

De acordo com a investigação, a organização criminosa seria estruturada em dois núcleos principais: um ligado a sócios de um escritório de contabilidade e outro relacionado a um casal proprietário de empresas que prestavam serviços de sistemas, digitalização e gestão de documentos.

A suspeita é de que contratos de serviços contábeis firmados sem licitação tenham sido utilizados para estabelecer vínculos com administrações municipais. Posteriormente, empresas relacionadas ao grupo teriam sido favorecidas em novas contratações, envolvendo serviços de engenharia, digitalização de documentos e locação de veículos.

Segundo a Polícia Civil, os investigados são suspeitos de realizar pagamentos de vantagens indevidas a agentes políticos, secretários, vereadores, servidores públicos e procuradores municipais para obter favorecimento em contratos com o poder público.

Investigação aponta mais de R\$ 4 milhões em suposta propina

A análise financeira realizada pela polícia identificou que empresas de contabilidade receberam mais de R\$ 10,3 milhões entre 2021 e 2025, provenientes principalmente de prefeituras, câmaras municipais e fundos públicos.

Desse montante, mais de R\$ 4 milhões teriam sido repassados como propina, conforme as suspeitas investigadas.

A apuração também envolve possíveis práticas de lavagem de dinheiro e a utilização de empresas para viabilizar pagamentos e favorecer contratos públicos.

Justiça determina suspensão de contratos

Além dos mandados de busca e apreensão, o Tribunal de Justiça do Tocantins (TJT0) autorizou a quebra do sigilo bancário dos investigados.

A decisão judicial também determinou a suspensão dos contratos públicos vigentes mantidos com órgãos estaduais por 14 pessoas físicas e jurídicas ligadas ao grupo investigado, além de proibir a celebração de novos contratos com a administração pública.

Cinco investigados também foram submetidos a medidas cautelares. Entre as restrições estão a proibição de contato entre eles e com agentes públicos investigados, o impedimento de frequentar as prefeituras e câmaras municipais envolvidas e a proibição de prestar serviços em contratações públicas no estado.

As investigações continuam para esclarecer a participação de cada suspeito e apurar a extensão das possíveis irregularidades. Até que haja decisão judicial definitiva, os investigados são considerados inocentes perante a lei.

Fonte: informações divulgadas pelo gl Tocantins e Publicado
Por: Jornal Folha do Progresso 17/10/2026/07:19:49

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

**Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e -**

mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou
adeciopiran.blog@gmail.com

e-mail: